

CONSTITUINTE

11 AGO 1987

Grupos avançam na negociação sobre os temas mais polêmicos

por Francisca Stella Fagá
de Brasília

Os principais articuladores dos dois grupos da Constituinte empenhados em encontrar soluções negociadas para a nova Constituição estão convencidos de que já avançaram muito até agora. "Mais de 80% dos temas polêmicos estão resolvidos", avaliava ontem o senador Virgílio Távora (PDS-CE), uma espécie de mediador entre os dois grupos.

O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), do chamado grupo de consenso, com 115 adesões for mais de constituintes, acredita que o resultado do trabalho será uma contribuição de grande peso político para o substitutivo a ser entregue até o próximo dia 23 pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O senador José Richa (PMDB-PR), articulador do chamado Grupo dos 32, que hoje tem quase o dobro dos 32 integrantes originais, tranquilizou-se ontem, depois de um dia inteiro de trabalho, em que os dois grupos se entenderam sobre seis temas polêmicos da Constituinte: comunicações, saúde, questão urbana, empresa nacional, reserva de mercado e meio ambiente.

"Não é preciso correr contra o tempo", ponderava Richa, lembrando que depois do dia 23 os constituintes terão mais seis dias para apresentar emendas ao substitutivo de Cabral, ainda na Comissão de Sistematização, antes que o substitutivo definitivo seja encaminhado ao plenário da Constituinte.

Na reunião de ontem, os cerca de trinta constituintes dos dois grupos discutiram também a reforma agrária. Mas não chegaram a acordo nenhum sobre a questão mais delicada, a possibilidade de a União tomar posse imediata das terras desapropriadas por interesse social.

Estão em negociação pelo menos três propostas. As



José Richa

correntes de esquerda desejam a imissão imediata na posse pura e simples. Scalco propõe uma fórmula conciliadora: a União toma posse imediata e o proprietário pode contestar a indenização na Justiça. Se sair vencedor, recebe a indenização em dinheiro. Se perder, recebe em títulos da dívida agrária. Uma terceira proposta, defendida pelos grupos mais conservadores, entre eles a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG): a posse somente poderia efetivar-se após um rito sumaríssimo na Justiça, que confirmasse a decisão da União de desapropriação do imóvel. Poucos, porém, acreditam que a Justiça possa ser rápida.

Scalco considera positivo o entendimento sobre a imissão rápida como princípio.

Ontem, os dois grupos decidiram que a indenização na desapropriação por interesse social deve ser paga em dinheiro sobre as benfeitorias e em títulos sobre a terra nua. Os títulos poderiam ser utilizados para pagar até 50% do Imposto Territorial Rural, para oferecer caução e fiança e para depósitos destinados a garantir execuções judiciais e administrativas. Decidiram também que as pequenas e médias propriedades rurais devem ser resguardadas contra a desapropriação por interesse social.

Sobre as concessões de

Buscando entrosamento

por Francisca Stella Fagá
de Brasília

Daqui para a frente, o presidente do PFL, senador Marco Maciel, e o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, vão encontrar-se com muita frequência para conversar sobre a Constituinte.

Ontem, pela primeira vez desde que Maciel assumiu a presidência do seu partido, há mais de três meses, recebeu Sant'Anna em seu gabinete. Conversaram durante quase uma hora.

Preparam-se, segundo Sant'Anna, para a fase mais

decisiva da Constituinte, que começa dia 23, com a entrega, pelo deputado Bernardo Cabral, do primeiro substitutivo ao projeto em discussão no plenário. O substitutivo receberá emendas na Comissão de Sistematização antes de ser encaminhado ao plenário da Constituinte, no dia 20 de setembro.

"Os partidos que compõem a Aliança Democrática precisarão de muito entrosamento", disse Sant'Anna ao final da reunião com Maciel. Ambos revelaram que se entenderam sobre a metodologia de sua ação na Constituinte.

emissoras de rádio e de televisão, os grupos concordaram com a fórmula de se criar um Conselho Nacional de Comunicações, paritariamente constituído por representantes da sociedade, do governo e do Congresso. Seria um órgão consultivo do presidente da República, a quem caberia autorizar as concessões. O Congresso teria o poder de impugná-las.

Houve entendimento também sobre a indenização das desapropriações de imóveis urbanos, em dinheiro ou em títulos, resguardados os destinados à residência do proprietário

ou à atividade produtiva. Os dois grupos concluíram também que na área de saúde o setor privado deve participar complementarmente ao Estado e que recursos públicos não podem ser destinados à capitalização da iniciativa privada em projetos de saúde, mas somente ao custeio de serviços prestados ao governo.

Hoje, os dois grupos deverão dividir-se em pequenos grupos para discutir outros temas polêmicos, como intervenção do Estado na economia, definição de empresa nacional e, ainda, reforma agrária.